Artigo Original

INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ASPECTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS

Lauro Araújo Mota (1)
Geandra Cláudia Silva Santos(2)

Resumo

A inclusão social das pessoas com deficiência apresentam-se nesse início de século XXI nos âmbitos nacional e internacional como imperativo a todas as instâncias e instituições sociais comprometidas com a equiparação de oportunidades a todos aqueles sujeitos que por apresentarem uma condição biológico-orgânica diferenciada da maioria da população foram discriminados, excluídas e segregadas dos processos de produção dos bens materiais, simbólicos e culturais, bem como do usufruto desses mesmos bens produzidos coletivamente. Esse ensaio procura refletir sobre os processos de exclusão e inclusão do homem na sociedade considerando os aspectos históricos, filosóficos e legais. Para isso fundamentou teoricamente nas produções de Bianchetti (2001), Carmo (1991), Carvalho (1997), dentre outros. A temática configura-se relevante por tratar de uma problemática atual e que afeta ampla e profundamente a estrutura e dinâmica da sociedade, e que apesar de se ter importantes contribuições teóricas, na prática, ainda não foram suficientes para gerar uma intervenção significativa da realidade.

Palavras-chaves: inclusão social, pessoas com deficiência, história e filosofia da inclusão.

Palavras iniciais

O amplo movimento de inclusão que se presencia tanto no final do século XX, como início do século XXI, é resultado de lutas históricas de grupos progressistas de todas as esferas da sociedade que acreditam que as pessoas que possuem características (física, mental ou sensorial) diferenciadas da maioria dos ditos "normais" possuem potencialidades semelhantes, necessitando na maioria dos casos, apenas, de estimulação precoce e acompanhamento adequados para que essas potencialidades possam ser desenvolvidas. Dessa forma, esse ensaio objetiva refletir sobre os processos de exclusão e inclusão do homem na sociedade considerando os aspectos históricos, filosóficos e legais

Ao se falar do processo de inclusão sócio-educacional das pessoas com N.E.E. no âmbito da sociedade hodierna, torna-se imprescindível discutir que ela só existe porque as diversas minorias

de alguma forma continuam sendo excluídas do convívio social, bem como do processo de produção e usufruto dos bens materiais e culturais. Contextualizar a exclusão seria antes de tudo dizer que ela se faz presente desde os primórdios da existência humana, constituindo-se como instrumento de manutenção do poder e do status quo de uma minoria privilegiada sobre a maioria da população através de padrões morais e de normalidade que passam a legitimar essa mesma exclusão.

É fundamental, portanto, para que se compreenda a inclusão como um processo histórico e ao mesmo tempo dialético um olhar crítico e multidisciplinar sobre a realidade vendo assim, os diversos fatores e condicionantes (socais, econômicos, geográficos, culturais, etc.) intrínsecos e extrínsecos ao homem que influenciam e determinam a vida societal e a exclusão e posteriormente a inclusão desses mesmos sujeitos.

A trajetória das pessoas com N.E.E no contexto de exclusão do homem na sociedade

Desde o surgimento dos primeiros hominídeos no continente africano e sua posterior evolução até o ancestral do homem moderno (*homo sapiens*), passaram-se alguns milhões de anos. De lá para cá as mudanças mais significativas que sofreu a espécie humana esteve relacionadas às adaptações aos diferentes ambientes devido às mudanças climáticas ocorridas na última era glacial. Porém,

o lado triste dessa incrível capacidade de adaptação é que as diferenças físicas foram usadas para avaliar pessoas à primeira vista e atribuir-lhes qualidades e defeitos. Milhões foram escravizados, mortos ou discriminados por causa de sua aparência física (KENSKI, 2003, p. 42).

Segundo Aquino, Franco e Lopes (1980) a evolução nas estruturas biológicas da espécie humana foram gradativamente sendo substituídas por transformações culturais empreendidas no campo material e simbólico para que dessa forma o homem pudesse adaptar-se melhor ao meio natural e dominar a natureza garantindo a sobrevivência da espécie nesse processo de seleção natural.

A seleção natural ocorria principalmente porque a incipiente produção material dos povos primitivos o impedia de amparar no bando/ tribo os membros desprovidos de uma estrutura física capaz de suportar as intempéries da natureza ou que por alguma circunstância tenha se tornado dependente do grupo.

A intensificação das relações homem-natureza deu origem à construção simbólica e social das normas e dos valores que passaram a orientar a vida em sociedade. A cultura humana foi se constituindo e transformando as diferenças biológicas em diferenças sociais num verdadeiro processo de "seleção social", que aumentou consideravelmente o escopo de excluídos e segregados nessa

primeira forma de organização humana.

Como dependiam exclusivamente de uma economia coletora de subsistência, todos os membros que apresentassem algum tipo de limitação (idosos, doentes ou portadores de deficiência) eram abandonados em lugares desertos e perigosos para morrerem de fome ou serem atacados por animais ferozes (Carmo, 1991). Nesse período os membros menos capazes ou que por alguma razão não pudessem bastar-se e contribuir com o grupo acabava se tornando um estorvo e de acordo com Beanchetti (1998) isso originava atitudes de abandono e rejeição explícitos, sem causar os chamados sentimentos de culpa, típicos de nossa fase histórica.

Segundo Silva apud Carmo (1991), os primitivos índios ajores que viviam na Bolívia devido às condições nômades em que se encontrava a tribo tinham o hábito de eliminar os recém-nascidos com algum tipo de deficiência e os indivíduos indesejados à tribo. Também era costume enterrar vivo os idosos ou aqueles indivíduos que se tomavam por algum motivo deficientes. Dessa forma, alguns consideravam esse tipo de morte era até desejável, pois a terra tratava de protegê-los contra os perigos externos.

A família nuclear é constituída e a monogamia imposta às mulheres como forma de estabelecer a descendência paterna e garantir assim, que a riqueza acumulada (herança) pudesse ser repassada hereditariamente. O patriarcado se instala a nível jurídico, político e ideológico na sociedade.

Breve passeio histórico pela Antiguidade

A antiguidade pode ser caracterizada pela desagregação da comunidade primitiva que deu origem a várias sociedades divididas em classe, tendo o Estado sido criado como instituição legitimadora do poder e dos interesses do grupo dominante que gradativamente passa a se apropriar dos meios de produção e conseqüentemente da produção e distribuição dos bens produzidos socialmente.

Com o Estado constituindo a ideologia dominante passa a legitimar certas práticas sociais de discriminação e exclusão de alguns indivíduos na sociedade (deficientes, negros, escravos, homossexuais, etc.), num processo que Boudieu (2002), denomina de socialização do biológico e biologização do social, onde as aparências físicas e os seus efeitos invertem a relação de causa e efeito fazendo ver o processo de exclusão como uma construção social naturalizada.

No mundo antigo onde algumas civilizações eram politeísta os indivíduos deficientes passaram a representar social e simbolicamente os maus espíritos, tendo recebido tratamentos diferenciados em cada uma delas. Muitos eram eliminados, outros, porém, eram protegidos atraindo assim, a simpatia dos deuses para o grupo. O povo hebreu era monoteísta e por isso via a deficiência como uma forma de punição de Deus aos desobedientes, pecadores e impuros. Um castigo aos filhos

pelos pecados que os pais cometeram.

Os gregos por serem um povo predominantemente guerreiro e por seus cidadãos aos usufruírem o ócio digno praticarem atividades de ginástica, música e dança, criaram e difundiram um ideal de estética, beleza e perfeição do corpo que acabou se transformando num dos grandes objetivos da civilização ocidental. O ideal de corpo predominante em Esparta era aquele que favorecesse a formação do bom guerreiro e tudo o que fosse contrário a esse ideal era eliminado na fonte. Logo que nascia, a criança era examinada por um ancião, se não tivesse nenhum defeito físico deveria viver, caso contrário, era jogada do alto do monte Taigeto, para que posteriormente não transmitisse sua inferioridade física (Arruda, 1989). Era realizada uma eugenia na fonte, onde *"os filhos defeituosos ou débeis eram imolados, porque os interesses da classe proprietária ficariam comprometidos se um lote passasse às mãos de um herdeiro incapaz para o manejo das armas"* (PONCE, 1996, p. 40).

Nessa sociedade patriarcal e machista a deficiência era eliminada com o nascimento, mas, nem por isso a mulher era considerada culpada por gerar filhos nesse estado. Pelo contrário, na Grécia quanto mais forte e bela fosse ela melhor, pois só assim é que seriam capazes de gerar bons guerreiros.

O ideal grego de perfeição física estava presente até mesmo na religião. Os vários deuses são sempre representados como homens e mulheres fortes, belos e cheios de poder, e até mesmo uma pequena deficiência é compensada com uma grande habilidade. O deus Hefáisto era o mais feio de todos os deuses do Olimpo e possuía uma deficiência na perna que o impedia de andar normalmente. Mas, apesar disso, era casado com Afrodite, deusa do amor, (a mais bela de todas as deusas), possuindo ele muitas habilidades, sendo considerado o deus dos talentos.

Na sociedade grega o trabalho para os cidadãos era considerado como algo degradante, indigno, inferior, mas, que precisava ser realizado. Então, por quem ser realizado?

Inválidos, doentes e mesmo mulheres, eram os que se dedicavam especialmente ao tráfico de mercadorias, por que, se o pequeno comércio já tinha uma longa história., o grande comércio, isto é, o comércio marítimo, que daria mais tarde esplendor à Grécia, custou bastante a implantar-se (PONCE, op. cit, p. 38).

Na Roma Antiga a situação dos indivíduos deficientes não era muito diferente. A própria legislação romana (Lei das XII tábuas) autorizava a morte dos filhos defeituosos por seus respectivos genitores. Segundo Bencini (2001) as crianças que nasciam com alguma deformidade física eram jogadas nos esgotos das cidades. Sêneca, filósofo romano do século IV a.C. pregava a asfixia aos recém-nascidos mal-constituídos e o afogamento daquelas crianças débeis ou anormais, para assim, não mistura a parte sã com aquela que pode corrompê-la (CARVALHO, 1997).

O trabalho ainda estava associado a atividades inferiores e degradantes sendo desprezado pela nobreza; e mesmo as atividades de pintura e escultura eram colocadas num nível de inferioridade só comparadas a de um artesão. Só era conhecido em toda a Roma um único jovem que tinha se

dedicado a tais atividades, e esse era o neto de Messala, que era surdo-mudo (PONCE, 1997).

No período Clássico, com o surgimento da propriedade privada das terras e dos meios de produção, os indivíduos que apresentassem características biológico-orgânicas destoantes da grande maioria, não tinha se quer o direito de participar do trabalho contemplativo (ócio: escola) que era destinado aos cidadãos, homens livres, cidadãos. (ROSS, 2001).

Idade Média: controle e punição da diferença/deficiência

Com a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C), historicamente inicia-se na Europa um novo período denominado de Idade Média que durou aproximadamente 10 séculos, tendo sido marcado pela ascensão, apogeu e declínio da Igreja Católica. Esta por sua vez, manteve nesse período a hegemonia e o poder político-econômico, principalmente porque acumulou tantas terras e riquezas a ponto de no século XII ser a instituição mais poderosa da Europa.

O modo de produção deixa de ser escravista e passa a ser feudal e conseqüentemente as relações de produção também se modificaram passando a ter um caráter de servidão.

Inicialmente a Igreja representava a possibilidade de libertação daqueles que viviam na opressão; posteriormente, com o acúmulo de riquezas ela mesma torna-se opressora e passa a reproduzir todas as estruturas de dominação legitimando assim os mecanismos de exclusão social.

Mas, apesar desse dubio posicionamento da Igreja Católica,

igualmente importante foi sua ação na defesa dos fracos e oprimidos, através da moderação da rudeza dos costumes feudais, da concessão do direito a asilo e de ativa assistência social: por sua riqueza pôde fundar e manter orfanatos, hospitais, leprosários e asilos;) (AQUINO, FRANCO e LOPES, 1980, p. 369);

A dicotomia que se estabelecia agora não era mais corpo/alma. A alma é a parte digna, superior e o corpo se reduz ao templo a alma. As deformidades físicas e as deficiências eram atribuídas e poderes sobrenaturais e demoníacos de bruxas e duendes e os indivíduos nessa condição eram vistos como possuidores de poderes diabólicos (Carmo, 1991). Nesse período qualquer pessoa que nascesse com alguma deficiência (física ou mental), logo esta, era atribuída ao pecado.

Difundiu-se pela Europa uma concepção esquizofrenizadora da diversidade humana. Esta concepção antes de ser esquizofrênica refletia a relação de poder e a moral da Igreja que dominava as relações sociais e éticas da época, onde a deficiência representava o pecado e seu portador era por conseqüência marginalizado e segregado do convívio social.

Por conta disso, muitos foram queimados vivos nas fogueiras da Inquisição. O tribunal inquisitório foi criado pela Igreja católica para combater as heresias dos infiéis, mas, durante muito

tempo funcionou como selecionador social de um ideal de normalidade e tudo o que era desviante do padrão estabelecido era associado a manifestações demoníacas.

O pensamento maniqueísta era muito forte e presente. Existia como que uma luta entre o bem e o mal (normalidade x anormalidade, eficiência x deficiência, fortes x fracos, capazes x incapazes), que em sua essência não pode ser compreendido sem a devida contextualização histórica, pois caso contrário, pereceríamos diante dos julgamentos morais de nossa época.

Cabe analisar que nos documentos da Igreja referentes a esse período histórico em nenhum momento é citado que se queimavam pessoas vivas, mas, que se realizava uma "purificação pelas chamas" para que assim pudessem expulsar o demônio (BIANCHETTI, 2001).

O medo de que o demônio se apossasse do corpo das pessoas era tão grande que a Igreja chegou a proibir o coito com o homem por trás, pois acreditava ela, que nessa posição o demônio se apoderava da mulher pela frente. Disseminou-se a partir daí a posição do coito com o homem por cima, pois quando os dois copulam olhando um no rosto do outro, o demônio não pode se apossar do corpo da mulher. Com a difusão dessa posição de coito procurava-se manter o domínio patriarcal do homem sobre a mulher aí tão bem representado. Se por acaso, algum filho nascesse com deficiência, logo esse era investigado, para saber se os pais não infringiram a norma copulando numa posição proibida. A posição do coito por muito tempo foi considerada como responsável pela deficiência.

As explicações para as possíveis causas da deficiência mental também constituiu-se objeto de estudo dos doutores da Igreja como, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino. Para Agostinho a deficiência mental era uma punição dos antepassados aos pecados cometidos. São Tomás de Aquino considerava como " *uma espécie de demência natural, não (...) absolutamente um pecado* " (CARVALHO 1997, p. 16).

Bencini (2001) relata que na Idade Média também é atribuído aos deficientes a função de bobos da corte, nas monarquias européia

Modernidade e capitalismo: as diferenças se acentuam

Com o declínio do feudalismo e as posteriores mudanças (econômicas, políticas e sociais) ocorridas na Europa nos séculos XV e XVI, possibilitaram as condições necessárias para o desenvolvimento do sistema capitalista de produção, bem como do renascimento do comércio e o crescimento das cidades. A indústria moderna gradativamente se desenvolveu e substituiu o trabalho servil (típico da Idade Média) pelo trabalho assalariado (típico da Modernidade).

A Igreja em declínio e a burguesia em ascensão travaram no seio da sociedade uma luta por interesses, que refletiu diretamente nos valores, normas e leis construídos e reproduzidos nesse período.

O Renascimento cultural propões uma nova visão de mundo com a valorização do homem através do retorno às culturas greco-romanas. Trouxe também uma perspectiva mais humanísticas para os indivíduos com deficiência. Estas passaram a ser vistas de forma mais natural e não como representações demoníacas ou de forças sobrenaturais (Carvalho, 1997).

Mesmo rompendo com a idéia de que os indivíduos com deficiência eram seres possuídos por poderes diabólicos, Martinho Lutero continuava defendendo que os deficientes mentais mereciam ser castigados, para que através do castigo pudessem receber a purificação (BENCINI, 201).

Com a Reforma Protestante criam-se instituições (conventos albergues, asilos) assistencialistas onde aqueles indivíduos mais afetados são recolhidos e isolados do convívio social preservando e protegendo assim, a sociedade desses sujeitos desviantes e "anormais". Marques (1998) reforça essa idéia quando afirma que a sociedade e não o deficiente é quem mais se beneficia com essa política de isolamento social.

A ruptura com a idéia geocêntrica significou a superação gradual do paradigma inatista (predominante na Idade Média) que explicava as deficiências como uma predeterminação divina, sendo que esses indivíduos eram pré-determinados biologicamente e "herdeiros das insuficiências humanas".

Por seus pais, alguns, entre os imbecis recebem um caráter hereditário. e são então. responsáveis pela imbecilidade; daí decorre muitas vezes que, como os homens ativos e inteligentes concebem seres semelhantes a eles, assim também os improdutivos concebem crianças de espírito embotado (CARVALHO, 1997,p.17-18)

Como se percebe na citação anterior, o inatismo enquanto teoria filosófica, sociológica e psicológica, foi adotada durante muito tempo por alguns grupos conservadores da sociedade, servindo assim, como instrumento legitimador das diferenças individuais enquanto deficiências naturais.

Com a evolução das ciências, a medicina passa a se preocupar e investigar as possíveis causas da deficiência. Esta é então comparada a uma doença que em alguns casos é passível de cura através de tratamento medicamentoso. A etiologia da deficiência enquanto produto de forças sobrenaturais é substituída por uma visão médico organicista. Uma visão mecanicista que associa o corpo humano a uma máquina em funcionamento, utilizando-se de metáforas para definir cada parte do corpo (BIANCHETTI, 2001).

A Revolução Francesa toma-se vitoriosa e a burguesia acende ao poder como classe dominante. Produz e reproduz um discurso de aparente igualdade entre os indivíduos, mas responsabiliza cada sujeito individualmente por seus sucessos e fracassos. A igualdade é proclamada,

mas as diferenças são reconhecidas (LOPES, 1981). O conceito de diferenças individuais é então, camuflado sob o discurso de que cada sujeito aproveita diferentemente as oportunidades que a sociedade oferece igualitariamente a todos (BOCK, 2002).

Com esse mesmo discurso de aproveitamento diferente de oportunidades iguais, as minorias (deficientes, negros, idosos, homossexuais, etc.) foram compondo o escopo de excluídos da modernidade, passando a representar socialmente a maioria dos sujeitos desfavorecidos na sociedade capitalista.

A exclusão da diferença/deficiência foi então, construída sobre as bases da *"desigualdade da propriedade privada de bens materiais, sobre os privilégios sociais e políticos de certas minorias e sobre as crenças sobre a posse desigual de capacidades inatas consideradas próprias de um tipo de seres humanos mais do que de outro"* (SACRISTÁN, 2001, p. 63).

Com os inventos criados a partir do século XVI, surge os primeiros instrumentos de compensação para os deficientes, tais como: próteses, bengalas, cadeiras de roda, muletas, dentre outros aparelhos que facilitaram a integração parcial de alguns desses indivíduos na sociedade. A preocupação com habilitação ou reabilitação desses sujeitos surge a partir da Revolução Industrial, quando os fatores intrínsecos e genéticos não são mais as únicas causas de deficiência. O trabalho em condições subumanas e precárias causou constantemente acidentes com mutilações e inúmeras doenças.

Com as transformações econômicas ocorridas nos últimos três séculos a manufatura é substituída pela maquinofatura através da produção em série. Frederick Taylor e Hanry Ford são os teóricos que com a criação da produção em série acentuaram ainda mais a divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Nas fábricas e linhas de montagem, muitas operações eram realizadas por pessoas deficientes. Indivíduos que não possuíam um braço. uma perna. uma mão. ou seja, não era exigido para a execução do trabalho pessoas completas/ inteiras, apenas parte delas. A única exigência imposta a esses sujeitos deficientes para a permanência no trabalho era a de que fossem produtivos e gerassem o maior lucro possível.

O corpo passa a ser visto através de sua possibilidade produtiva, capaz de gerar lucro e a ideologia dominante reproduz nos discurso e nas práticas a deficiência como improdutividade. Para a sociedade moderna *"ser deficiente significa, pois, ser não eficiente, não produtivo e não adequado aos fins maiores"* (SANT'ANA apud MARQUES, 1998)

O século XX no seu apogeu foi marcado por um acelerado processo de desenvolvimento das ciências e das tecnologias nunca antes sonhado pela humanidade. Avanços e recuos na área dos direitos humanos também foram presenciados, garantindo assim, legalmente para as minorias o direito a condições dignas de cidadania e desenvolvimento plenos.

Apesar de legalmente garantidos, a efetividade desses direitos nunca foi constituída, uma vez que representava para as elites dominantes material e simbolicamente a possibilidade de libertação

e emancipação dessas minorias. Por causa desses interesses elitistas, predominou nas primeiras décadas do século movimentos conservadores da sociedade que pregavam a segregação das minorias, enquanto política de ajustamento social desses indivíduos.

Entre as minorias que deveriam receber esse tipo de tratamento, estava a categoria dos deficientes (físicos, mentais e sensoriais).

Assim aconteceu durante toda a II Guerra Mundial. Os nazistas pregavam a segregação e até mesmo o extermínio dos indivíduos deficientes para que dessa forma, não pudessem gerar outros seres em igual estado.

Com o desenvolvimento da Psicologia Experimental, e posteriormente da Psicometria, Binet e Simon (1904) criam os testes de inteligência que rapidamente são disseminados por vários países. O objetivo principal desses testes era medir o quociente intelectual (Q.I.) dos indivíduos e classificá-los de acordo com um padrão de normalidade intelectual ou grau de inteligência pré-estabelecido.

As diferenças sociais transformadas em diferenças naturais são ocultadas pela psicologia psicométrica, que legitima dessa forma a desigualdade e a diferença através da prática da mensuração de aptidões intelectuais e de diagnósticos que consideram apenas aptidões verbais e numéricas.

A periculosidade dos deficientes mentais era vista pela classificação arbitrária até então existentes, oriunda dos testes de Q.I.

Todo deficiente mental é, sobretudo um imbecil leve é um criminoso em potencial que não tem necessidade de um meio ambiente favorável para desenvolver e exprimir suas tendências criminosas (...) toma-se então indispensável que essa nação adote leis sociais que assegurem que esses incapazes não propagarão a sua espécie (CARVALHO, 1997, p. 18-19).

Com o avançar do século outras teorias foram sendo criadas e disseminadas pelo mundo continuando o ciclo de reprodução do discurso e da prática da exclusão. O déficit cognitivo e a deficiência cultural representam bem esse paradigma. Surgidas nos Estados Unidos a partir da década de 70 do século XX, essas teorias procuram explicar por que pobres e deficientes não conseguem aprender da mesma forma que os sujeitos considerados "normais", precisando para isso de uma compensação que suprissem suas deficiências cognitivas.

Nestes casos, o fracasso, principalmente o escolar é atribuído a cada sujeito individualmente, e não visto como um conjunto de fatores que, a serviço de uma elite dominante influencia diretamente a realidade objetiva onde esses sujeitos estão inseridos. Mas, apesar de todo um cenário que culpabilizou a pessoa com deficiência pela sua exclusão social ter tido espaço na sociedade moderna, o que se percebe principalmente a partir da década de 1990 é toda uma preocupação dos governos nacionais e dos organismos internacionais no sentido de reverter essa

situação através da criação de políticas públicas e de estratégias que favoreçam a inclusão social e educacional desses sujeito. No entanto, essa mudança que se vem presenciando não aconteceu por acaso e nem no acaso, ela só está sendo possível por que os grupos que fora e que ainda continuam sendo excluídos estão se organizado e lutando por seus direitos. Uma luta organizada e que por isso tem força e ganha a simpatia até mesmo dos grupos mais conservadores.

Para não concluir

A perspectiva de superação da exclusão na sociedade hodierna só se torna possível com a construção coletiva de um novo paradigma de homem e de sociedade, que supere as visões dicotômicas existentes que separam e classificam os indivíduos de acordo com suas diferenças, de tal forma que essas mesmas diferenças são sempre associadas a desvantagens e essas em muitos casos são o motivo da discriminação/ exclusão.

A inclusão enquanto fenômeno social, político, econômico e cultural requer antes de tudo dos sujeitos envolvidos um comprometimento com a emancipação social dos indivíduos desfavorecidos e marginalizados social e simbolicamente permitindo com isso, a construção de um caminho diferente do daquele traçado pela exclusão; para que dessa forma a pessoa deficiente possa *"começar a ser olhada e a olhar para si mesma, de forma menos maniqueísta: nem herói, nem vítima, nem deus, nem demônio, nem melhor, nem pior, nem super-homem, nem animal. Pessoa"* (AMARAL 1994, p. 15 apud DENARI, 1998).

Referências

- AQUINO, R.S.L.; FRANCO, D. A.; LOPES, O.G.P.C. **História das sociedades:** das comunidades primitivas as sociedades medievais. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980
- ARRUDA, J. J. de A. **História Antiga e Medieval.** 11^a Ed. São Paulo: Ática, 1989
- BENCINI, R. **Pessoas Especiais.** Nova Escola. Ano XVI, nº 139, jan/fev. 2001, p. 36-39
- BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, L; FREIRE, I. M. (Org.) **Um olhar sobre a diferença:** integração, trabalho e cidadania. 4^a Ed. São Paulo: Papyrus, 2001, p. 21-51
- BOCK, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. (Org.) **Psicologia sócio-histórica:** uma perspectiva crítica em psicologia. 2^a ed. revista. São Paulo: Cortez, 2002, p. 15-35.
- BOUDIEU, P. **A dominação masculina.** Trad. Maria Helena Kärner. 2^aed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

- CARMO, A. A. do. **Deficiência física**: a sociedade brasileira cria, recupera e discrimina. 2ª Ed. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1991.
- CARVALHO, E. N. S. (Org.) **Deficiência Mental**. Brasília: MEC/SEESP, 1997, 150p (Série atualidades pedagógicas, n. 3)
- DENARI, F. E. **Deficiência e sexualidade**: direito ou concessão?. In: Perspectivas multidisciplinares em educação especial. Londrina: UEL, 1998
- GUARESCHI, P. **Sociologia crítica**: alternativas de mudanças. 4ª Ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1985.
- KENSKI, R. **Vencendo na raça**. Super Interessante, nº 187, abr. 2003, p 42-50
- LOPES, E. M. T. **Origens da escola pública**. São Paulo: Loyola, 1981. (Coleção Educação, nº 3)
- MARQUES, C. R. **Implicações Políticas da Institucionalização da Deficiência**. Educação e Sociedade. Campinas, v.19, nº 62, p.1-13, Abr. 1998
- PONCE, A. **Educação e luta de classes**. Trad. José Severo de Camargo Pereira. 16ª Ed. São Paulo: Cortez, 1996
- ROSS, P. R. Educação e trabalho: a conquista da diversidade ante as políticas neoliberais. In: BIANCHETTI, L; FREIRE, I. M. (Org.) **Um olhar sobre a diferença**: integração, trabalho e cidadania. 4ª Ed. São Paulo: Papyrus, 2001, p. 53-110.
- SACRISTÁN, J.G. **A educação obrigatória**: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: ARTMED, 2001

Sobre os autores:

- (1) **Lauro Araújo Mota** é Pedagogo pela Universidade Estadual do Ceará – UECE e Professor desta Instituição de Ensino Superior. Especialista em História e Sociologia pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Concludente do Curso de Especialização em Psicologia Aplicada à Educação pela Universidade Regional do Cariri – URCA.
E-mail: motajuniorsedete@hotmail.com
- (2) **Geandra Cláudia Silva Santos** é Pedagoga pela Universidade Regional do Cariri – URCA e Professora Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Como citar este artigo (Formato ISO):

MOTA, Lauro A. e SANTOS, Geandra C. S. Inclusão social das pessoas com deficiência: aspectos históricos e filosóficos. **Id on Line Revista de Psicologia**, Julho de 2010, vol.1, no.11, p.61-71. ISSN 1981-1189.